

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras do Banco Bandepe S.A. (Bandepe), relativas aos períodos findos em 30 de junho de 2016 e 2015, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes. Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 26 de agosto de 2016
A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2016	30/06/2015		Nota	30/06/2016	30/06/2015
Ativo Circulante		1.748.392	1.916.274	Passivo Circulante		47.489	42.418
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		1.059.153	1.242.710	Outras Obrigações		47.489	42.418
Aplicações no Mercado Aberto	4&13.c	46.231	6.710	Diversas e Previdenciárias	10	46.797	41.569
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	13.c	1.012.922	1.236.000	Diversas		692	849
Títulos e Valores Mobiliários	5	673.402	595.057	Passivo Exigível a Longo Prazo		175.375	164.278
Carteira Própria		670.946	592.903	Outras Obrigações		175.375	164.278
Vinculados à Prestação de Garantias		2.456	2.154	Fiscais e Previdenciárias	10	175.375	164.278
Relações Interfinanceiras	11	10	10	Patrimônio Líquido	12	3.039.239	3.094.875
Créditos Vinculados:				Capital Social:			
Depósitos no Banco Central		11	10	De Domiciliados no País		2.787.689	2.787.689
Outros Créditos	15.823	78.497	78.497	Reservas de Lucros		247.531	309.658
Rendas a Receber	6&13.c	-	46.424	Ajustes de Avaliação Patrimonial		4.019	(2.482)
Créditos Tributários	7	3.064	4.507				
Diversos	8	12.759	27.566				
Outros Valores e Bens	3	-	-				
Despesas Antecipadas		3	-				
Ativo Realizável a Longo Prazo	285.971	250.318	250.318				
Outros Créditos	285.971	250.318	250.318				
Créditos Tributários	7	59.600	48.651				
Diversos	8	226.371	201.667				
Permanente	1.227.740	1.134.969	1.134.969				
Investimentos	1.227.740	1.134.969	1.134.969				
Participações em Coligadas:							
No País	9	1.227.739	1.134.968				
Outros Investimentos		1	1				
Total do Ativo	3.262.103	3.301.561	3.301.561	Total do Passivo	3.262.103	3.301.561	3.301.561

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Próprios	Coligadas		
Saldos em 31 de dezembro de 2014	2.787.689	127.368	50.680	(111)	(6.790)	-	2.958.836
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	683	3.736	-	4.419
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	131.610	131.610
Destinações:							
Reserva Legal	-	6.580	-	-	-	(6.580)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	12.c	-	62.515	-	-	(62.515)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	12.c	-	62.515	-	-	(62.515)	-
Saldos em 30 de junho de 2015	2.787.689	133.948	175.710	572	(3.054)	-	3.094.865
Saldos em 31 de dezembro de 2015	2.787.689	140.133	290.790	(587)	(22.153)	-	3.195.872
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	566	26.193	-	26.759
Dividendos com Base em Reservas Estatutárias	12.b	-	(290.000)	-	-	-	(290.000)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	106.608	106.608
Destinações:							
Reserva Legal	-	5.330	-	-	-	(5.330)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	12.c	-	50.639	-	-	(50.639)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	12.c	-	50.639	-	-	(50.639)	-
Saldos em 30 de junho de 2016	2.787.689	145.463	102.068	(21)	4.040	-	3.039.239

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional
O Banco Bandepe S.A. (Bandepe), controlado pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), constituído na forma de sociedade anônima, opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações através das carteiras comercial, de câmbio, de investimento e de crédito e financiamento. A Instituição tem suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. As operações do Bandepe são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do Bandepe, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não reconhecidas pelo Bacen. A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. As demonstrações financeiras do período findo em 30 de junho de 2016 foram aprovadas pelos Administradores na reunião realizada em 26 de agosto de 2016.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Bandepe.

b) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

f) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

- I - títulos para negociação;
- II - títulos disponíveis para venda; e
- III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade da Instituição de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrentes de tal ajuste em contrapartida:

- (1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e
- (2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia. As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

g) Requisitos Mínimos no Processo de Apreçamento de Instrumentos Financeiros

A Resolução do CMN 4.277 de 31 de outubro de 2013 (que entrou em vigor em 30 de junho de 2015), dispõe sobre requisitos mínimos a serem observados no processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e quanto à adoção de ajustes prudenciais por instituições financeiras. Os instrumentos financeiros de que trata a Resolução incluem:

- (a) Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", conforme a Circular Bacen 3.068, de 8 de novembro de 2001;
 - (b) Instrumentos financeiros derivativos, de que trata a Circular Bacen 3.082, de 30 de janeiro de 2002; e
 - (c) Demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente da sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução CMN 3.464, de 26 de junho de 2007.
- De acordo com esta Resolução, o Bandepe passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros citados acima, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Esta avaliação inclui, entre outros fatores, o spread de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos.

h) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

h.1) Investimentos

Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável.

i) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

O Bandepe é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões para os processos judiciais e administrativos são reconhecidas contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos. As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle do Bandepe. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras (Nota 11.a).

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre os quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras (nota 11.a).

j) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias.

k) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras (15% até agosto de 2015), incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL para as instituições financeiras foi elevada de 15% para 20% para o período-base compreendido entre 1 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, nos termos da Lei 13.169/2015 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 675/2015). Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 7.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

l) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao fim de cada período de reporte, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.

m) Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das demonstrações financeiras são revisadas pelo menos trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício quando comparados com os montantes reais, tais como: provisão para contingências, valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	30/06/2016	30/12/2015	30/06/2015	31/12/2014
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	46.231	54.239	6.710	48.780
Aplicações no Mercado Aberto	46.231	54.239	6.710	48.780
Total	46.231	54.239	6.710	48.780

5. Títulos e Valores Mobiliários

I) Resumo da Carteira por Categorias

	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado Refletido no:		Valor Contábil	Valor Contábil
		Resultado	Patrimônio Líquido		
Títulos Disponíveis para Negociação					
Títulos Públicos	11.277	(7)	-	11.270	9.882
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	11.277	(7)	-	11.270	9.882
Títulos Disponíveis para Venda					
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimentos	662.169	-	(37)	662.132	585.175
Cotas de Fundo Multimercado ⁽¹⁾	610.011	-	(610.011)	537.247	
Cotas de Fundo Imobiliário ⁽²⁾	52.158	-	(37)	52.121	47.928
Total de Títulos e Valores Mobiliários	673.446	(7)	(37)	673.402	595.057
Circulante					595.057

II) Abertura por Vencimento

	Sem Vencimento	Acima de 3 Anos	30/06/2016	30/06/2015
Títulos Disponíveis para Negociação				
Títulos Públicos	-	11.270	11.270	11.270
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	11.270	11.270	11.270
Títulos Disponíveis para Venda				
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimentos	662.132	-	662.132	662.132
Cotas de Fundo Multimercado ⁽¹⁾	610.011	-	610.011	
Cotas de Fundo Imobiliário ⁽²⁾	52.121	-	52.121	47.928
Total	662.132	11.270	673.402	673.402

⁽¹⁾ Em 30 de junho de 2016, está composto por aplicações em operações compromissadas vinculadas a títulos públicos federais em Letras do Tesouro Nacional - LTN no valor de R\$242.083 (30/06/2015 - R\$172.862), títulos públicos federais em Letras Financeiras do Tesouro no valor de R\$243.215 (30/06/2015 - R\$108.866), Letras Financeiras no valor de R\$ 27.360 (30/06/2015 - R\$24.251), Termo no valor de R\$ 50.425 (30/06/2015 - R\$17.739), Ações no valor de R\$62.318 (30/06/2015 - R\$220.307), Opção de Renda variável no valor de R\$11.726 (30/06/2015 - R\$38.180), cotas de Fundos de investimento no valor de R\$113.046 (30/06/2015 - R\$71.590), saldo em tesouraria no valor de R\$64 (30/06/2015 - R\$405), diferencial de Swap a pagar no valor de R\$74.025 (30/06/2015 - R\$30.469), futuros BM&F a pagar no valor de R\$177 (30/06/2015 - R\$17), empréstimo de ações no valor de R\$101 (30/06/2015 - R\$201) e Contas a Pagar no valor de R\$65.923 (30/06/2015 - R\$86.267).

⁽²⁾ Em 30 de junho de 2016, está composto por Imóveis para Rendas no valor de R\$51.408 (30/06/2015 - R\$47.395), aplicações em Fundos de Investimentos de Renda Fixa no valor de R\$1.088 (30/06/2015 - R\$869), Valores a Receber de R\$449 (30/06/2015 - R\$362), Rendimentos a distribuir no valor de R\$443 (30/06/2015 - R\$359) e Obrigações por Aquisição de Imóveis de R\$381 (30/06/2015 - R\$340).

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço e as cotas de fundo de investimento são atualizadas com base na cotação divulgada pelos administradores dos fundos diariamente.

6. Rendas a Receber

	30/06/2016	30/06/2015
Dividendos a Receber (Nota 13.c)	-	46.424
Total	-	



Banco Bandepe S.A.

CNPJ nº 10.866.788/0001-77

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

13. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) do Bandepe realizada em 18 de março de 2016, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos Administradores para o ano de 2016, no valor máximo de R\$10. O Bandepe é parte integrante do Conglomerado Santander e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander, seu controlador. O Bandepe não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Em junho 2016 e 2015, não foram registradas despesas com honorários para a Diretoria e Planos de Aposentadoria Complementar.

b) Participação Acionária

O Bandepe é controlado pelo Banco Santander que possui participação acionária direta de 2.184 mil ações ordinárias equivalentes a 100,00% do capital social.

c) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos com o controlador Banco Santander são conforme segue:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	30/06/2016	30/06/2015	31/06/2016	30/06/2015
Aplicações no Mercado Aberto	46.231	6.710	3.371	620
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.012.922	1.236.000	75.697	66.915
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	-	-	-	(63)
Dividendos e Bonificações a Receber ⁽¹⁾	-	46.424	-	54.616
Valores a Pagar Sociedades Ligadas ⁽²⁾	-	-	(287)	(257)

⁽¹⁾ Refere-se a juros sobre o capital próprio a receber da Santander Leasing.

⁽²⁾ As despesas referem-se a despesas administrativas Convênio Operacional.

14. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Serviços Técnicos Especializados e Terceiros	276	93
Doações Entidades Filantrópicas	911	-
Serviços do Sistema Financeiro	22	13
Convênio Operacional - Banco Santander (Nota 13.c)	287	257
Publicidade e Propaganda	244	236
Outras	2	3
Total	1.742	602

15. Despesas Tributárias

	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Despesa de Contribuição ao Cofins	5.048	8.367
Despesa com PIS / PASEP	820	1.360
Atualizações de Impostos e Contribuições ⁽¹⁾	6.053	5.373
Total	11.921	15.100

⁽¹⁾ Inclui atualizações das provisões para o PIS e Cofins da Lei 9.718/1998.

16. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Atualização de Depósitos Judiciais	7.952	8.269
Atualização de Impostos a Compensar	427	1.349
Outras	-	107
Total	8.379	9.725

17. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Despesa de Contingências Fiscais	1.152	2.075
Despesa de Atualização de Impostos	1.529	-
Outras	7	4
Total	2.688	2.079

18. Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Total	156.091	208.522

Resultado antes da Tributação sobre o Lucro Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20%, (2015 - 25% e 15%) respectivamente ⁽¹⁾

	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Resultado de Participações em Coligadas ⁽²⁾	17.031	1.689
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	3.474	4.615
Demais Ajustes	253	193
Imposto de Renda e Contribuição Social	(49.483)	(76.912)

⁽¹⁾ Majoração Provisória da alíquota da CSSL, a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018 (Nota 3.K).

⁽²⁾ No resultado de participações em coligadas não estão incluídos os juros sobre o capital próprio recebidos.

19. Outras Informações

Em consonância à Resolução do CMN 3.198/2004, o Bandepe aderiu ao Comitê de Auditoria Único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander. O resumo do relatório do Comitê de Auditoria foi divulgado e publicado em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/vi.

DIRETORIA

Diretor Presidente

Amancio Acúrcio Gouveia

Diretor Vice-Presidente

Conrado Engel

Diretores Executivos

Antonio Pardo de Santayana Montes

José Roberto Machado Filho

Gilberto Duarte de Abreu Filho

Nilton Sergio Silveira Carvalho

Contador

André Miguel do Nascimento - CRC 1SP 191241/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos

Administradores e Acionistas

Banco Bandepe S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Bandepe S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstração do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bandepe S.A. em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Auditoria das cifras do ano anterior

As demonstrações financeiras mencionadas no primeiro parágrafo incluem, para fins de comparação, informações contábeis correspondentes ao balanço patrimonial em 30 de junho de 2015, e ao resultado, mutações do patrimônio líquido e fluxos de caixa do semestre findo nessa data, obtidas das demonstrações financeiras daquele semestre. O exame das demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2015 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 21 de agosto de 2015, sem ressalvas.

São Paulo, 26 de agosto de 2016

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Maria José de Mula Cury

Contador CRC 1SP192785/O-4